



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

13 de dezembro

de 2021

PM e vigilante acusados de matarem três jovens na zona rural de São Luís serão julgados

Serão julgados nesta terça (14/12), no 2º Tribunal do Júri de São Luís, o policial militar Hamilton Caíres Linhares e o vigilante Evilásio Lemos Ribeiro Júnior, acusados do assassinato de três adolescentes. O crime ocorreu no dia 03 de janeiro de 2019, no bairro Coquilho, na zona rural de São Luís.

Os corpos de Gustavo Feitosa Monroe, de 18 anos, Joanderson da Silva Muniz, de 17 anos, e Gildean Castro Silva, de 14 anos, foram encontrados, no fim da manhã, do dia 04 de janeiro de 2019, nas proximidades de um residencial do Minha Casa Minha Vida, na região do Coquilho/Mato Grosso, na zona rural de São Luís.

O julgamento começará às 8h30 e será presidido pelo juiz Gilberto de Moura Lima. Na acusação, atuará o **promotor de Justiça** Rodolfo Reis.

A denúncia do **Ministério Público**

Segundo a denúncia do **Ministério Público**, no dia do crime, os três adolescentes saíram de casa, em duas bicicletas, para a localidade conhecida como "Romão", área de banho e pesca. A estrada de acesso estava localizada dentro da construção do Residencial Mato Grosso, empreendimento da Caixa Econômica, do programa do Governo Federal "Minha Casa, Minha Vida".

Por volta das 14h, as vítimas foram avistadas por um dos seguranças da empresa Ostensiva, que avisou aos seus companheiros de serviço sobre a possível entrada de invasores.

Alguns vigilantes e o policial militar Hamilton Caíres Linhares, contratado extraoficialmente pelo dono da empresa para dar suporte de segurança, foram em direção ao local em que os adolescentes estariam.

Ainda, de acordo com a denúncia, os vigilantes foram se dispersando pelo caminho e, conforme o depoimento dos próprios denunciados, eles dois chegaram à entrada do matagal em que os corpos foram encontrados. Consta nos autos que Hamilton Caíres Linhares e Evilásio Lemos renderam os jovens, sendo que o militar estava armado.

De acordo com o Laudo em Local de Morte Violenta, pela posição em que os corpos foram encontrados, a primeira vítima estaria em pé ou de joelhos quando o disparo foi efetuado; e a segunda e terceira estavam deitadas com uma das mãos na cabeça quando foram alvejadas, sendo que o projétil atravessou a mão e entrou na cabeça, ficando alojado. O órgão ministerial acusou Hamilton Caíres de ter efetuado os disparos e Evilásio Lemos, de atuar na rendição dos três rapazes.

Os corpos e duas bicicletas somente foram encontrados no dia seguinte, quando os familiares sentiram falta dos jovens e saíram em buscas nas imediações da estrada do "Romão", com outros moradores. Um óculos que pertencia a Evilásio Lemos foi encontrado na trilha que dava acesso ao local.

Ao ser interrogado, o vigilante negou a autoria do crime, e confessou, em seu primeiro depoimento, que esteve na entrada do matagal com o policial, mas não entrou no local, apenas ouviu três disparos de arma de fogo.

No segundo depoimento, ele disse que entrou depois do militar e, como não mais avistou o PM e as vítimas, voltou para a motocicleta.

Já Hamilton Caires negou qualquer envolvimento no delito e disse que apenas desferiu um tiro para, com o intuito de assustar os supostos invasores, e disse que nem chegou a vê-los. Quando foi solicitado que entregasse sua arma para realização de exame de comparação balística com os projéteis retirados dos corpos e do local do crime, ele informou que perdera a arma, estojo e carregador, no mês de outubro de 2018, embora não tenha noticiado o fato à corporação policial.

Já Hamilton Caires negou qualquer envolvimento no delito e disse que apenas desferiu um tiro para, com o intuito de assustar os supostos invasores, e disse que nem chegou a vê-los. Quando foi solicitado que entregasse sua arma para realização de exame de comparação balística com os projéteis retirados dos corpos e do local do crime, ele informou que perdera a arma, estojo e carregador, no mês de outubro de

2018, embora não tenha noticiado o fato à corporação policial.

Site: <https://centraldenoticias.radio.br/materia/pm-e-vigilante-acusados-de-matarem-tres-jovens-na-zona-rural-de-sao-luis-serao-julgados>2021-12-13-08-22-41-481953

11º Congresso Estadual do MPMA discute liberdade de expressão

Eduardo Ericeira

Três palestras foram apresentadas, na manhã desta sexta-feira, 10, na primeira parte da programação do segundo dia do 11º Congresso Estadual do **Ministério Público** do Maranhão, realizado no auditório da Procuradoria Geral de Justiça. Membros e servidores do **MPMA**, operadores do Direito e integrantes de outras instituições e corporações participaram do encontro.

O tema "Liberdade de expressão e sua eficácia vertical em tempos democráticos" foi discorrido pelo desembargador federal Ney de Barros Bello Filho. Em seguida, o subprocurador-geral da república Luiz Augusto Santos Lima proferiu a palestra "A ordem econômica como elemento estruturante da dignidade humana em tempos de pandemia". A terceira temática abordada foi "Desafios atuais do **Ministério Público** Eleitoral e o direito à informação", cujo palestrante foi o vice-procurador-geral Eleitoral, Paulo Gonet Branco.

Apresentou os palestrantes a promotora de justiça do **MPMA** Samira Mercês dos Santos que atuou como mediadora do debate ao lado do também **promotor de justiça** Alessandro Brandão Marques. Igualmente compuseram a mesa de abertura o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e a diretora da Escola Superior do **Ministério Público** do Maranhão (ESMP), Karla Adriana Holanda Farias Vieira.

Em sua exposição, Ney de Barros Bello Filho apresentou as diferenças de abordagem sobre o tema da liberdade de expressão das legislações dos Estados Unidos, cuja interpretação é pelo modelo liberal, concedendo abertura para opiniões racistas de grupos como a Ku Klux Klan, e da Europa, baseada no comunitarismo, que não tolera expressões a favor do nazismo ou fascismo, por exemplo, que ferem os preceitos da comunidade.

O palestrante também comentou que a legislação brasileira ainda está tentando encontrar um modelo para balizar o referido direito fundamental. "Nós estamos um pouco incertos tanto na jurisprudência quanto na escrita. Essa incerteza tem que ser superada por decisões de nossa corte constitucional. O ponto de inflexão está em saber até onde determinadas expressões podem ser ditas. Portanto, nós precisamos em um dado momento encontrar a

nossa solução, que tenha uma vinculação clara com os limites da liberdade ou com os limites da própria expressão", disse.

Em seguida, o subprocurador-geral da república Luiz Augusto Santos Lima comentou sobre a atuação do **Ministério Público** garantir a livre concorrência, combatendo cartéis e monopólios e estimulando emprego e renda, além de fiscalizar e adequar determinadas atividades econômicas, como as vaquejadas ou o garimpo. "É preciso existir produção de riqueza. Se não tiver renda, se não tiver possibilidade de comprar os itens necessários para a sobrevivência, não há dignidade humana", disse.

Outro palestrante da manhã, o vice-procurador-geral Eleitoral, Paulo Gonet Branco, também abordou a liberdade de expressão e sua relação com a legislação eleitoral, "Neste país de tanta diversidade cultural, de diferenciações econômicas e sociais, é de se esperar que a cidadania seja protegida contra os abusos daqueles que pretendem obter o crédito popular para gerir os bens e os destinos públicos".

Paulo Gonet acrescentou que nas próximas eleições continuarão proibidos os showmícios, a propaganda em outdoors, entre outras modalidades. No entanto, uma das principais preocupações do **Ministério Público** e Justiça Eleitoral é com o conteúdo a ser gerado nas redes sociais. "O mundo virtual amplificou as desigualdades entre candidatos e especialmente problemas relacionados às falsas notícias, aos discursos de ódio, que são fatores de complicação porque influenciam na convicção do eleitor sobre quem ele vai escolher. Criam uma representação equivocada da realidade, fazendo com que ele escolha alguém que, fosse a verdade estabelecida, ele não escolheria", ressaltou.

E completou: "Todo o sistema normativo eleitoral se volta para proteger a autonomia real do cidadão. Quando se fala da legitimidade das eleições, a gente está falando disso: que o eleitor não seja compelido a uma visão errada da realidade. A internet abriu um campo fabuloso para divulgar fatos, pensamentos e opiniões".

A programação teve seguimento com a apresentação do "Manifesto em Nome das Liberdades Democráticas", feito pela professora da Universidade

de Salamanca (Espanha) e professora visitante da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul Maria Esther Martinez Quinteiro.

A palestrante salientou a necessidade de um olhar do **Ministério Público** para monitorar também a liberdade digital.

Durante a programação do Congresso, também foi aberta a exposição "Mostra Homenagem: Dila", no Espaço de Artes Márcia Sandes, na sede da Procuradoria Geral de Justiça. A mostra é composta de 20 telas que trazem a marca da arte naif da artista maranhense com mais de 50 anos de trajetória no campo das artes plásticas.

Do **MPMA**, participaram da abertura o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, a subprocuradora de justiça para Assuntos Administrativos, Regina Maria da Costa Leite, e o **promotor de justiça** de Defesa do Idoso, José Augusto Cutrim Gomes.

Na ocasião, o procurador-geral de justiça entregou ao diretor do Solar do Outono, Clésio Sandro, um veículo, modelo Prisma, para auxiliar nos trabalhos da entidade.

A exposição permanece em cartaz até o dia 16 de dezembro. Ao todo, são sete litografias e 13 quadros na técnica óleo sobre tela. Quatro trabalhos são de propriedade de Dila e estão à venda. Os outros pertencem a coleções particulares.

Recentemente, Dila foi resgatada de condições insalubres pelo **Ministério Público** do Maranhão, após intervenção da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Idoso de São Luís, estando agora abrigada no Solar do Outono.

Ainda na manhã desta sexta-feira, a Escola Superior do **Ministério Público** lançou, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, a nova edição da revista Lumiar. A publicação reúne a produção acadêmica do programa de pós-graduação da instituição de ensino ministerial.

A Lumiar tem periodicidade anual e enfoque jurídico-científico, priorizando as discussões sobre o Direito. "A publicação se dispõe ao diálogo interdisciplinar, especialmente com os diversos ramos das ciências humanas e sociais aplicadas, ciências jurídicas, e conta com a colaboração de diversos autores, ligados ou não ao **Ministério Público** do Maranhão", explicou a diretora da Escola Superior, Karla Adriana Farias Vieira.

A edição homenageia o escritor, jornalista e parlamentar João Dunshee de Abranches Moura

(1867-1941). Neste ano de 2021, faz 80 anos da morte dele. Nascido em São Luís, Dunshee de Abranches escreveu obras que ainda hoje são referências para o estudo da história do Maranhão, a exemplo de "A esfinge de Grajaú", "O cativo" e "Setembrada", romance histórico alusivo à Revolução Liberal de 1831 no Maranhão.

Presente na solenidade, o presidente da Academia Maranhense de Letras, Carlos Gaspar, ressaltou a importância do homenageado para a cultura maranhense e elogiou a iniciativa da ESMP.

A revista traz, ainda, 17 artigos científicos produzidos por alunos do curso de especialização em Gestão e Governança em **Ministério Público**.

O procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, representou o governador Flávio Dino no congresso e destacou os desafios que as instituições do sistema de justiça têm enfrentado para defender os valores democráticos. "É preciso desenvolver o diálogo institucional, construir pontes em uma atuação cooperativa para consolidação das liberdades democráticas".

Para o procurador da República e membro do Conselho Nacional do **Ministério Público**, Antônio Edílio Magalhães Teixeira, a espontaneidade caracteriza o MP e daí surge a criatividade para avançar nas mudanças sociais necessárias. "Não existe democracia sem instituições. Por isso, é necessário o fortalecimento das instituições para fortalecer a democracia".

Ao concluir as atividades do congresso, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, enfatizou que foram apenas dois dias de trabalho, com um objetivo grandioso: a busca de caminhos para garantir que não haja retrocessos para a sociedade brasileira, no que concerne à conquista inalienável das liberdades democráticas.

"Agradeço aos nossos excelentes conferencistas, por compartilharem seus conhecimentos e sua sabedoria, que em muito ajudarão o **Ministério Público** a se desincumbir da tarefa monumental de seguir na defesa das liberdades democráticas sem dispor dos instrumentos mais eficazes, buscando, simultaneamente, reaver tais instrumentos.

O Congresso do **MPMA** registrou 1442 visualizações de internautas nos dois dias de evento.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2021/12/11-congresso-estadual-do-mpma-discute.html>

Contrato de concessão de ferryboats no MA é acompanhado pelo MP

Blog do Neto Webba

Membros do **Ministério Público** do Maranhão participaram, na última quinta-feira, 9, da solenidade de assinatura do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Aquaviário Intermunicipal (ferry-boat), entre os terminais Ponta da Espera e Cujupe. A cerimônia ocorreu no auditório da Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), no Porto do Itaqui.

Foram assinados os contratos de concessão pública com as empresas Internacional Marítima LTDA e Celte Navegação LTDA, vencedoras da licitação objeto da Concorrência Pública nº 001/2021-CSL/MOB.

Pelo **MPMA**, estiveram presentes o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e a promotora de justiça Lítia Cavalcanti, coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Consumidor. Também compuseram a mesa na solenidade o presidente da Agência Estadual de Transporte e **Mobilidade Urbana** (MOB), Daniel Carvalho, o presidente da Emap, Ted Lago, entre outras autoridades.

Em abril deste ano, o Governo do Maranhão, por meio da MOB, realizou uma Audiência Pública que discutiu a licitação de ferry-boat no estado, e em julho foi lançado o edital de licitação de dois lotes com direito de concessão de, no mínimo, 20 anos, com prorrogação por igual período. O edital de licitação foi elaborado por setores técnicos da MOB com base em contribuições da sociedade, por meio de audiência pública, além de apontamentos e notificações de órgãos como o **MPMA**, Capitania dos Portos, Vigilância Sanitária, entre outros.

Segundo a promotora de justiça Lítia Cavalcanti, o **Ministério Público** acompanhou de perto todo o processo que visa a garantir a melhoria do serviço de ferry-boat prestado aos maranhenses. "Esse é um momento histórico, é uma luta do **Ministério Público**, da sociedade, pois essa situação de muita precariedade do sistema de ferry já tem mais de 10 anos. Então, hoje nós acompanhamos a assinatura do contrato com as empresas que ganharam o certame licitatório. E agora vamos acompanhar a melhoria dos serviços", destacou.

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau,

reafirmou o compromisso do **Ministério Público** com a melhoria dos serviços prestados à sociedade. "O **Ministério Público** tem lutado, ao longo dos anos, para que seja prestado um serviço de qualidade para a população que tem o ferry-boat como principal meio de transporte. E o nosso papel é continuar fiscalizando, mesmo depois da contratação das empresas", ressaltou.

HISTÓRICO

O **Ministério Público** do Maranhão, por meio da Promotoria do Consumidor, acompanha a qualidade do serviço de ferry-boat desde o ano de 2011. Em 2013, houve a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura, estabelecendo a data de 18 de novembro de 2015, como o prazo final para a publicação de edital visando a concessão/permissão das linhas do transporte aquaviário intermunicipal via ferry-boat para os trechos Ponta da Espera -São Luís-MA/Cujupe -Alcântara -MA e Cujupe- Alcântara -MA/ Ponta da Espera - São Luís-MA.

Em 2014, foi celebrado Termo de Ajustamento de Conduta em que as operadoras Internacional Marítima e Serviporto se comprometeram a prestar o serviço de forma adequada nos termos da lei.

Ainda em 2014 foi aprovado o marco regulatório do transporte aquaviário - Lei Estadual nº 9.985 de 11 de fevereiro de 2014, com objetivo de conferir base jurídica para futura licitação destinada à concessão do serviço.

Já em 2020 foi assinado outro TAC com as operadoras prevendo obrigações adicionais com vistas a manutenção da qualidade do serviço. Naquele mesmo ano, foi assinado outro ajuste com a MOB e Emap prevendo a intensificação da fiscalização do serviço.

Site: <https://www.netoweba.com.br/2021/12/contrato-de-concessao-de-ferryboats-no.html>

Democracia é debatida em Congresso Estadual do MP

Eduardo Ericeira

O 11º Congresso Estadual do **Ministério Público** do Maranhão teve como conferencista inaugural o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF), Ayres Britto. De forma virtual o ministro abordou o tema "Os caminhos constitucionais para a Democracia e o papel do **Ministério Público**". O conferencista foi apresentado pela diretora da Escola Superior do **Ministério Público** do Estado do Maranhão, Karla Farias Vieira.

No início de seu apontamento, Ayres de Britto explicou o objetivo da palestra, que foi destacar o vínculo institucional do **Ministério Público** à democracia, dando ênfase ao artigo 127 da Constituição Federal. O artigo enumera as três funções da instituição ministerial: defesa do regime democrático, defesa da ordem jurídica, defesa dos interesses sociais e dos direitos individuais indisponíveis. "A democracia é o princípio dos princípios da Constituição de 1988. Está nas suas linhas iniciais. A finalidade suprema da Assembleia Nacional Constituinte foi instituir o regime democrático. Logo, a democracia é o princípio que se faz presente e é a razão de ser de todos os outros princípios".

Para o ministro, o **Ministério Público** deve levar o vínculo funcional com a democracia até as últimas consequências, com toda a devoção institucional. "A democracia é o regime voltado para o povo, a serviço dos interesses do povo. Pela Constituição, a democracia foi entregue ao **Ministério Público**, o que explica o caráter permanente da instituição. Logo, tem o poder e o dever de estar em defesa do regime democrático e entender muito bem cada uma de suas funções institucionais".

O conferencista também alertou sobre as mudanças na Constituição. "Quando o Estado mexe na Constituição, todo cuidado é pouco, o sinal amarelo acende, porque está mexendo em obra alheia, criada por um ente anterior e exterior ao Estado, que é criatura objetiva da Constituição originária", alertou

Por último, Ayres de Britto afirmou que o **Ministério Público** deve se voltar para a defesa dos interesses sociais, conforme indica a Constituição. "Saúde, educação, previdência social, populações indígenas, ciência, tecnologia, entre outras. Toda a ordem social

é campo constitucional de atuação oficial do **Ministério Público**".

Em São Luís, também compuseram a mesa do debate as procuradoras de justiça Regina Maria da Costa Leite (subprocuradora-geral para Assuntos Administrativos) e Mariléa Campos dos Santos Costa; o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho James Magno Araújo Farias e o subprocurador da República do **Ministério Público** da União Alcides Martins.

TARDE

A programação da tarde no Congresso contou com uma mesa de trabalho coordenada pela promotora de justiça Natália Macedo Luna, titular da Comarca de São João Batista, e que teve como debatedor o titular da Promotoria de Justiça de Carolina, Marco Túlio Rodrigues Lopes.

O primeiro palestrante foi o procurador da República Antônio Edílio Teixeira, que apresentou o tema "O papel do **Ministério Público** na Lei Anticorrupção". Em sua fala, Antônio Edílio afirmou que a corrupção é algo intrinsecamente humano e que é preciso que se busquem sempre caminhos para vencê-la. Para o palestrante, o trabalho no Ministério Público nessa área passa por um bom planejamento e atuação nos campos da educação, prevenção e repressão.

O procurador da República, recém-eleito para compor o Conselho Nacional do **Ministério Público** (CNMP), falou sobre a Lei Anticorrupção Empresarial que, segundo ele, pode ser um caminho para o trabalho de membros do **Ministério Público** diante das mudanças trazidas pela nova Lei de **Improbidade Administrativa**. "Não existe corrupção sem o envolvimento do setor privado. Essa também é uma questão econômica", apontou.

A legislação é resultado de uma agenda internacional de combate a esse tipo de prática, que passou a ser discutida por diversas nações. Nesse contexto o palestrante citou marcos importantes como as Convenções de Mérida e Palermo.

A Lei Anticorrupção prevê a possibilidade de aplicação de penalidades nos campos administrativo e penal. De acordo com Antônio Edílio Teixeira, o **Ministério**

Público tem papel importante, pois pode atuar nas duas frentes, além de ter ampla experiência no combate às práticas lesivas ao patrimônio público.

Outro ponto abordado foram os acordos de leniência, apontados pelo procurador como um mecanismo importante de esclarecimento dos fatos e busca de provas, além de possibilitar a reparação dos danos. Entre as penalidades possíveis estão a aplicação de multa, necessidade de publicização por parte da empresa a respeito da punição, suspensão ou dissolução da empresa e a perda de bens.

Por fim, o palestrante abordou a questão do compliance, reforçando que os programas de integridade devem chegar, também, ao setor público. Entre as medidas apontadas como necessárias estão a criação de códigos de ética para servidores, fiscalização de portais da transparência, verificação de nepotismo, criação de ouvidorias e mecanismos de controle interno e o estabelecimento de rotinas para o tratamento de denúncias.

LEI DE IMPROBIDADE

A fala da promotora de justiça do **Ministério Público** de Goiás Fabiana Zamalloa teve como tema as "Primeiras impressões da nova lei de **improbidade administrativa**". A palestrante lembrou que o 9 de dezembro é o Dia Internacional Contra a Corrupção, mas que não há muito a comemorar diante dos ataques sofridos nos últimos dois anos e que tem como marco as mudanças na Lei de **Improbidade Administrativa**.

Para Fabiana Zamalloa, a lei tornou-se débil na defesa da **probidade administrativa**, que é fundamento da democracia, além de ser resultado de um abuso legislativo. "O legislador não pode escolher arbitrariamente as condutas que se enquadram como improbidade e foi isso que aconteceu. Um exemplo é a improbidade culposa".

Para a promotora de justiça, a má gestão está diretamente ligada à corrupção. "A corrupção se oculta na má gestão e na desorganização", explicou.

A representante do MGO também apontou obstáculos trazidos pela nova lei para o combate à corrupção, como o estabelecimento de prazo de prescrição de oito anos a partir do fato ocorrido, ou seja, sem que os órgãos de controle tenham, muitas vezes, sequer conhecimento daquela violação.

No entendimento da palestrante, há inúmeras questões que serão tema de debates por muitos anos e será necessária a reconstrução do sistema de responsabilização com base em uma lei tecnicamente

ruim. "O **Ministério Público** precisará buscar coerência na lei. Essa luta não será fácil mas reforçará a importância do MP e as razões de sua existência".

COMBATE À CORRUPÇÃO

O terceiro palestrante da mesa foi Vladimir Aras, procurador regional da República da 1ª Região, que discutiu o "Combate à corrupção como pressuposto do Estado Democrático de Direito" e propôs uma reflexão sobre o cenário brasileiro e internacional, que estão diretamente ligados em um contexto de integração de soberanias, economias e pessoas.

Aras também destacou os tratados internacionais surgidos a partir da década de 1970, observando que eles tinham estreita ligação com a preocupação com a economia e com a livre concorrência.

O procurador da República observou uma mudança do sistema jurídico brasileiro em relação às questões de corrupção a partir de 2005 e alertou para a "captura do estado" por parte de organizações que atuam em esquemas de corrupção. Vladimir Aras também falou sobre a mudança na Lei de Improbidade, destacando que tentativas de enfraquecimento da legislação vêm acontecendo pelo menos desde 2002.

"A vontade da Constituição cedeu à vontade da corrupção", afirmou Aras.

Para o palestrante, as mudanças na legislação brasileira colocam o país em rota de colisão com os compromissos internacionais assumidos e com a própria vontade constitucional. Além disso, a situação atual deixa desprotegidas pessoas que estarão a mercê de uma estrutura "viciada", citando a dificuldade em punir casos de **tortura**, assédio e **racismo**, por exemplo. Além do viés econômico, a corrupção ataca diretamente dos **direitos humanos**, segundo Vladimir Aras.

O palestrante ressaltou, ainda, os efeitos da corrupção em questões práticas da sociedade como a violência urbana. "A violência urbana também é resultado da corrupção na fronteira, em que alguém deixou passar armas e munições em troca de propina", ressaltou.

Para Vladimir Aras, se o país não tem políticas públicas efetivas em áreas como educação ou saúde, isso ocorre por falta de planejamento, mas, também, devido à corrupção.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2021/12/democracia-e-debatida-em-congresso.html>